CONCURSOS

Edital publicado pela instituição financeira controlada pelo governo federal prevê preenchimento de cargos em todos os estados e no Distrito Federal. Postos são de nível médio, com remuneração de R$ 3.622, mais benefícios

BB terá seis mil vagas em 2023

» RAPHAELA PEIXOTO*

Credito: Bizerra/Ag?ncia Senado



Sede do Banco do Brasil, em Brasília: provas objetivas e de redação serão aplicadas em abril de 2023. Candidatos podem se inscrever até 24 de fevereiro e taxa custa R$ 50

O Banco do Brasil tornou público — na edição de ontem do *Diário Oficial da União* — o edital do concurso público para provimento do cargo de escriturário. O certame oferta 6 mil vagas para todos os estados e o Distrito Federal. O cargo exige nível médio. Do total de oportunidades, 4 mil são para contratação imediata e 2 mil para formação de cadastro de reserva — nas funções de agente de tecnologia e agente comercial. Serão reservadas 5% dos postos para candidatos portadores de alguma deficiência e 20% para candidatos autodeclarados pretos ou pardos.

As inscrições foram abertas ontem e seguem até 24 de fevereiro de 2023 por meio do site da Fundação Cesgranrio, a banca organizadora do concurso. Será cobrado uma taxa de R$ 50. Quando for se inscrever, o candidato deverá escolher a região e a cidade de realização das provas. Consequentemente, o inscrito estará automaticamente vinculado ao local para fins de classificação e de contratação. O prazo de validade da seleção acabará após um ano, a contar da data de publicação do edital de homologação dos resultados.

A seleção é composta por provas objetivas e de redação. Ambos os exames serão aplicados em 23 de abril de 2023. Os candidatos terão cinco horas para responder às questões. A remuneração inicial é de R$ 3.622,23. A esse valor será acrescido vale-transporte; auxílio-creche; ajuda para alimentação/refeição; auxílio a filho com deficiência; previdência complementar; acesso à plano de saúde; plano odontológico básico. O aprovado terá também participação nos lucros ou resultados e a programas de educação e capacitação.

Outros certames

Para quem tem o sonho de ingressar na carreira pública, o próximo ano ofertará várias oportunidades em diversas áreas de atuação. Segundo avaliação de analistas, com base no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2023, a previsão é de que sejam ofertadas mais de 40 mil vagas para o Poder Executivo, mais de seis mil vagas para o Judiciário, 520 para o Legislativo, 225 para o Ministério Público da União e outras 88 para a Defensoria Pública da União.

***Estagiária sob a supervisão de Ronayre Nunes**

Veja as vagas por estados:

- Acre: 20 imediatas e 6 para cadastro de reserva
- Alagoas: 31 imediatas e 2 para cadastro de reserva
- Amapá: 13 imediatas e 4 para cadastro de reserva
- Amazonas: 32 imediatas e 10 para cadastro de reserva
- Bahia: 149 imediatas e 21 para cadastro de reserva
- Ceará: 51 imediatas e 6 para cadastro de reserva
- Distrito Federal: 54 imediatas e 211 para cadastro de reserva
- Espírito Santo: 26 imediatas e 5 para cadastro de reserva
- Goiás: 55 imediatas e 9 para cadastro de reserva
- Maranhão: 70 imediatas e 12 para cadastro de reserva
- Minas Gerais: 172 imediatas e 92 para cadastro de reserva
- Mato Grosso do Sul: 34 imediatas
- Mato Grosso: 50 imediatas
- Pará: 72 imediatas
- Paraíba: 42 imediatas
- Paraná: 152 imediatas
- Pernambuco: 72 imediatas
- Piauí: 39 imediatas
- Rio de Janeiro: 136 imediatas
- Rio Grande do Norte: 26 imediatas
- Rio Grande do Sul: 118 imediatas
- Rondônia: 27 imediatas
- Roraima: 9 imediatas
- Santa Catarina: 78 imediatas
- Sergipe: 20 imediatas
- São Paulo: 429 imediatas
- Tocantins: 23 imediatas

Arthur Menescal/Esp. CB/D.A Press



Deputada Erika Kokay (PT-DF): emenda contestada

Trem da alegria no Poder Judiciário

» MICHELLE PORTELA

A Associação Nacional dos Analistas do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (Anajus) voltou a criticar a derrubada do veto 51, ocorrida nesta semana no Congresso Nacional. A queda do veto presidencial viabiliza projeto de lei que eleva de técnico para nível superior o mínimo de escolaridade exigida para ingresso nas carreiras do Poder Judiciário. Com isso, a avaliação da entidade é que os 70 mil profissionais de nível técnico poderão mover ações judiciais para garantir equiparação salarial aos analistas, o que causaria um rombo de R$ 22 bilhões.

De acordo Walfredo Carneiro, presidente da Anajus, que representa cerca de 40 mil analistas, o fim do veto possibilita um verdadeiro "trem da alegria", porque permite aumento salarial de 64% a favor de técnicos não aprovados em concursos públicos para nível superior. "Na prática, transforma todos os cargos para nível superior. A alteração permitirá que a categoria (técnica) seja beneficiada ocupando atribuições reservadas por lei aos analistas judiciários", disse.

O veto do presidente Jair Bolsonaro (PL) havia eliminado, do Projeto de Lei 3.662/2021, uma emenda 'jabuti' que elevou a escolaridade dos técnicos judiciários de nível médio para nível superior. A proposta foi apresentada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF) e deveria impactar somente o órgão, mas foi modificada para abranger todos os ramos do Judiciário da União, incluindo as Justiça Federal Comum e a Justiça Federal Especializada (Eleitoral, Trabalhista e Militar).

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF (SindJus) destacou a derrubada do veto como vitória. "O Sindjus fez uma série de articulações com parlamentares e lideranças partidárias no sentido de angariar apoios à rejeição do veto 51", diz informe da entidade.

Em 14 de dezembro, o coordenador-geral do Sindjus Costa Neto se reuniu com a assessoria da presidência do Senado, a deputada Celina Leão (PP-DF) e o senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Contudo, a principal articulação foi com parlamentares de esquerda.

Autora da emenda que altera a escolaridade dos técnicos de nível médio do Poder Judiciário da União (PJU), a deputada Erika Kokay (PT-DF) é apontada como uma das articuladoras da derrubada do veto, com apoio da bancada petista e de oposição ao atual governo.

Muito presente nas publicações no site do sindicato distrital, a parlamentar frequentemente revela participar de reuniões com o grupo. "Agora é lei (a exigência) de nível superior na condição de técnicos. Aqui estamos e continuamos à disposição das grandes causas desta categoria tão importante para a construção da democracia deste país", disse a parlamentar em vídeo de posicionamento enviado por sua assessoria de imprensa ao **Correio**.

Para Walfredo Carneiro, "o veto presidencial é correto e não deveria ser derrubado". Ele destacou ainda que a organização dos servidores do Poder Judiciário é competência constitucional exclusiva do Supremo Tribunal Federal (STF).

NEGÓCIOS

Newsletter terá apoio externo

» RAPHAEL PATI*

Com 56 anos de história, a newsletter especializada em economia *Relatório Reservado* selou um acordo de associação com a Longford Investment Holding — BVI Business Company, das Ilhas Virgens Britânicas. As negociações começaram há seis meses e a operação prevê a transferência de uma participação de 30% do capital.

"Fomos procurados por representantes do Longford em meados deste ano, quando se deram as primeiras conversas. Curiosamente, não partiu dos acionistas do RR uma postura proativa na busca de possíveis investidores. A negociação se deu por iniciativa direta do fundo. Essa parceria permitirá à publicação realizar o maior projeto de expansão dos seus 56 anos de existência", diz Claudio Fernandez, editor do *RR*.

O acordo prevê um aporte de R$ 4,7 milhões durante três anos. O editor da newsletter conta também que os recursos serão integralmente destinados a investimentos. Os planos incluem a ampliação da equipe não apenas no Rio de Janeiro, que é a sede da publicação, mas em outras capitais. Hoje, o RR tem colaboradores também em São Paulo, Brasília e Belo Horizonte. Estão previstos também investimentos em tecnologia e marketing, incluindo a contratação de um diretor para a área.

A meta da *RR* é multiplicar em cinco vezes o número de assinaturas em Brasília, nos próximos três anos. "Em parte, a ampliação da equipe será conduzida para atender a essas novas demandas", afirma Fernandez. Além de editores e repórteres, a rede de colaboradores é formada ainda por economistas, analistas de mercado, cientistas políticos e especialistas da área militar.

***Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo**

» Ajuda para empresas aéreas

O presidente Jair Bolsonaro (PL) assinou medida provisória que zera as alíquotas de PIS/Cofins sobre as receitas de empresas do setor aéreo por quatro anos. O Ministério da Economia estima que a perda de arrecadação, ou renúncia fiscal, é estimada em R$ 505 milhões para 2024 e R$ 564 milhões para 2025. Segundo o governo, o objetivo é reduzir custos operacionais e fomentar o crescimento do setor, que foi um dos mais afetados pela pandemia de covid-19. A medida vem na mesma semana em que os aeronautas organizam paralisações, reivindicando reajuste salarial e outras melhorias nas condições de trabalho. O **Correio** questionou a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) sobre a possibilidade de a MP reduzir o preços de passagens ou ajudar a atender as demandas dos aeroviários. A entidade, porém, informou que não comentará o tema.